



Percepção em relação à sustentabilidade ambiental em mercados públicos

Perception in relation to environmental sustainability in public markets

Recebido em 05/04/2017. Aprovado em 06/04/2017



Angélica Alves Rodrigues *; Sofia Suely Ferreira Brandão Rodrigues; Maria Núbia Medeiros de Araújo Frutuoso; Maria Tereza Duarte Dutra

Instituto Federal de Pernambuco – campus Recife | * angelbandim@gmail.com

RESUMO

O presente estudo se propôs a identificar a percepção ambiental de permissionários e consumidores de mercados públicos. Neste sentido, escolheram-se os Mercados de Casa Amarela e do Cordeiro, em Recife, Pernambuco, como estudos de casos. No desenvolvimento da pesquisa foram realizadas visitas em campo, fazendo-se observações sobre as condições do ambiente, registro fotográfico e aplicação de questionários. Os resultados obtidos apontaram que o maior problema ambiental existente nos mercados se refere à necessidade de implementação da coleta e destinação adequada de resíduos sólidos. Já, quando os entrevistados foram indagados quanto às ações que teriam disposição para atuarem de maneira concreta, em favor da conservação ambiental, os mesmos elencaram a coleta seletiva e a eliminação do desperdício de água. Essa predisposição dos permissionários e consumidores dos mercados em participarem de ações sustentáveis é considerada como fator positivo, além do fato de se afirmarem como bem informados em relação à temática ambiental. Assim, a pesquisa apontou que se faz necessária a promoção de ações visando a sensibilização da comunidade local para a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano do seu ambiente de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: gestão ambiental, sustentabilidade, mercado público.

ABSTRACT

This study set out to identify the environmental perception of merchants and consumers of public markets. In this sense, chose the Yellow House markets and of the Lamb, in Recife, Pernambuco, as case studies. In the development of research in the field visits were carried out, making observations on the conditions of the environment, photographic record and application of questionnaires. The results obtained showed that the largest existing environmental problem in the markets about the need of implementation of collection and proper disposal of solid waste. Already, when respondents were asked about the actions that would have available to work of concrete way, in favor of environmental conservation, the same bleeding cool is separate collection and disposal of waste water. This predisposition of permissionários and consumers in markets participating in sustainable actions is considered as a positive factor, besides the fact of claiming as knowledgeable regarding the environmental theme. Thus, the survey pointed out that is necessary to promote actions aimed at raising awareness of the local community for the adoption of sustainable practices in the everyday life of your desktop.

KEY WORDS: environmental management, sustainability, public market.

INTRODUÇÃO

O crescente desenvolvimento de atividades econômicas na atualidade pode causar impactos ambientais localmente, como a geração de resíduos sólidos, e em parte, isto está associado à utilização de embalagens e produtos descartáveis, que vem ocorrendo de forma contínua, provocando uma maior produção de resíduos.

O aumento na geração desses resíduos acarreta muitas consequências negativas, como o custo cada vez mais alto para a coleta e tratamento do lixo e grande desperdício de matérias primas. E quando este lixo é depositado em locais inadequados ou quando a coleta é deficitária, pode ocorrer à contaminação do solo, do ar e dos recursos hídricos, além da proliferação de vetores transmissores de doenças, entre outras (MMA, 2005).

ARTIGO

Percepção em relação à sustentabilidade ambiental em mercados públicos

Neste cenário, o presente estudo se propôs identificar a percepção ambiental de permissionários e consumidores de mercados públicos da cidade do Recife, em Pernambuco, a fim de contribuir para a gestão ambiental destes espaços, proporcionando melhoria na sua sustentabilidade ambiental e, para tanto, escolheram-se os Mercados de Casa Amarela e do Cordeiro, como estudos de casos.

Segundo Pintaudi (2006), os mercados públicos atraem diversos grupos sociais e abrigam práticas de comercialização e consumo importantes para a sociedade. São considerados um espaço de ponto de encontro, onde ocorre o intercâmbio de produtos desde as cidades da antiguidade até os dias de hoje, gerando uma imagem de tradição.

De acordo com Alves e Ribeiro Filho (2011) o espaço do mercado público possui uma grande capacidade em se adaptar a diferentes realidades sociais do espaço urbano e ainda de agregar novas funções e papéis, e embora passando por modificações, adequações, os fregueses continuam assíduos.

Em Recife há 34 mercados públicos que traduzem os costumes e a cultura da população recifense, sendo estes bem frequentados ainda na atualidade, seja pelo seu valor histórico, pela culinária ou pelo hábito de compra em locais mais próximos aos bairros, afirmando-se assim a importância destes espaços públicos para a sociedade.

Neste contexto, a pesquisa buscou compreender como se dá a inter-relação do público local dos mercados com o ambiente. O quê, segundo Marcwski (2006), pode ser considerado como uma ferramenta indispensável para a compreensão de comportamentos vigentes e planejamento de ações que visem à sensibilização e o desenvolvimento de posturas éticas e responsáveis com o ambiente.

O estudo da percepção ambiental vem sendo abordado em diversas pesquisas que tratam da problemática ambiental, pois através deste estudo há possibilidade de averiguar qual é a posição do indivíduo perante os acontecimentos, pois os estudos a partir da abordagem perceptiva têm o intuito de conhecer a maneira pela qual o homem responde ao seu ambiente físico, ou seja, a percepção que dele tem e o valor que nele deposita (COSTA & COLESANTI, 2011).

A percepção pode ser entendida como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente, cognitivos (DEL RIO, 1996).

Segundo Melazo (2005), a percepção tem sua ocorrência devido à associação dos órgãos dos sentidos com as atividades cerebrais, pois os sentidos permitem a formação de ideias, imagens e a compreensão do mundo que está ao seu redor.

Para PACHECO e SILVA (2006), a percepção ambiental vai além da relação entre homem e meio ambiente, contemplando também a dimensão científica, social e política.

Oliveira e Korona (2008) afirmam que o estudo sobre a percepção ambiental é um meio de compreender como os sujeitos dessa sociedade adquirem seus conceitos e valores, bem como compreendem suas ações e se sensibilizam com a crise socioambiental. E assim, a educação ambiental tendo conhecimento dos valores e ações que os sujeitos possuem frente ao meio ambiente será capaz de elaborar propostas que

venham a atingir grande parte da sociedade, visando provocar mudanças mais efetivas que contribuam para a sustentabilidade socioambiental.

Neste contexto, o estudo de percepção ambiental em mercados públicos é bastante coerente, uma vez que, os mesmos incorporam um universo de significados e aspirações que ultrapassam um simples olhar de comercialização de produtos e relações de compra e vendas.

2. MATERIAIS E MÉTODO

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, por meio de descrição das características e problemas envolvidos na sustentabilidade de mercados públicos.

Foi utilizada uma abordagem qualitativa, utilizando-se como técnica de coleta de dados, o instrumento de questionários com os permissionários e consumidores dos mercados estudados, além de entrevistas com os gestores dos mercados. Destaca-se que, segundo Cervo (2007), este momento de coleta de dados é um dos mais importantes da pesquisa.

Para o estudo de percepção ambiental, foram elaborados e aplicados questionários baseadas na pesquisa “O que os Pernambucanos Pensam sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento e Qualidade de Vida (PERNAMBUCO, 2003)”, abordando questões como: o que é meio ambiente? O que é um problema ambiental? Quais os meios de comunicação que eles obtêm informações sobre o meio ambiente? Também foram contempladas questões de caráter socioeconômico, como: sexo, idade, escolaridade, entre outros. Os dados obtidos foram organizados em tabelas, permitindo a elaboração de gráficos e sua análise.

A amostragem dos atores locais envolveu o público de permissionários e consumidores, que se dispuseram a participar das entrevistas (Figura 1).

Figura 1: Caracterização dos questionários respondidos nos mercados públicos em Casa Amarela e Cordeiro.



2.1 Caracterização da Área

Foram caracterizadas as áreas dos Mercados Públicos de Casa Amarela e do Cordeiro, apresentando as Regiões Política Administrativa (RPA) em que estão inseridos, localização, área ocupada e breve histórico de existência.

2.1.1 Mercado Público de Casa Amarela

O Mercado Público de Casa Amarela (MPCA) está situado na cidade do Recife, que é formada por 94 bairros e administrativamente é dividida por seis Regiões Político-Administrativa (RPA), RPA 1 – Central, RPA 2 - Norte, RPA 3 – Noroeste, RPA 4 – Oeste, RPA 5 – Sudoeste, RPA 6 – Sul, sendo cada uma destas subdivididas em três Microrregiões (MR), que agregam bairros com maiores semelhanças territoriais. A cidade do Recife compreende uma área de aproximadamente 218,435Km² (PREFEITURA DO RECIFE, 2005).

O Bairro de Casa Amarela faz parte da RPA 3 – Noroeste. Esta região é a mais extensa do Recife com 7731 ha o que representa 20,35 % de sua área, ocupada por 312.981 habitantes, sendo composta de 29 bairros. Dessa forma o bairro de Casa Amarela representa a unidade 13, com uma área de 188 ha e 29.180 habitantes (IBGE, 2010).

A localização do Mercado Público de Casa Amarela fica entre as ruas Padre Lemos s/n e Estrada do Arraial, nº 1930, Casa Amarela. Foi inaugurado em 1930. Sua estrutura de ferro foi inicialmente, montada na Avenida Caxangá, sendo desmontada e remontada no largo da feira de Casa Amarela. A área originalmente construída é de 817 metros quadrados, com 100 boxes, sendo de diferentes segmentos, como: açougues, armazéns, ervas medicinais, bares e restaurantes, entre outros (Figura 2).

Figura 2: Vista de frente do mercado público de Casa Amarela (2013)



Fonte: as autoras

2.1.2 Mercado Público do Cordeiro

O Mercado Público do Cordeiro está inserido na RPA 04, composta pelos bairros: Cordeiro, Ilha do Retiro, Iputinga, Madalena, Prado, Torre, Zumbi, Engenho do Meio, Torrões, Caxangá, Cidade Universitária e Várzea. Situa-se à Avenida General San Martin, s/n - Cordeiro, em frente ao Hospital Getúlio Vargas em Recife, Pernambuco.

De acordo com a Prefeitura do Recife (2015), o Mercado do Cordeiro (Figura 3) foi inaugurado em 23 de março de 1937 ocupando uma área de 2.397 m². Inicialmente existia cerca de 120 boxes de diversos segmentos. Até o ano de 2001 ele era um mercado privado, mas em 2002 foi desapropriado devido ao precário estado de conservação. Neste período havia apenas 65 boxes funcionando. Então o referido mercado foi municipalizado pela Prefeitura do Recife, através do decreto 19.498, passando pelo processo de revitalização.

Figura 3: Mercado público do Cordeiro (2015)



Após a revitalização, o Mercado do cordeiro passou a ter 117 boxes, uma praça de alimentação onde foram centralizados todos os restaurantes e lanchonetes instalados, além de pátio interno para eventos, sanitários com acessibilidade, medidores individuais de energia, estacionamento e área de carga e descarga.

3. Resultados e Discussões

Os resultados obtidos com a pesquisa permitiram caracterizar o perfil dos permissionários e consumidores dos mercados públicos e a percepção dos mesmos, quanto as questões de sustentabilidade ambiental, os quais são apresentados a seguir.

3.1 Perfil dos Permissionários e Consumidores

No que diz respeito ao perfil socioeconômico dos participantes da pesquisa, observou-se a idade, escolaridade e gênero (Tabela 1).

ARTIGO

Percepção em relação à sustentabilidade ambiental em mercados públicos

Tabela 1: Perfil socioeconômico dos permissionários e consumidores do MPCA (2013) e MPC (2015)

Gênero	Mercado Público de Casa Amarela (MPCA)		Mercado Público do Cordeiro (MPC)	
	Permissionários (%)	Consumidores (%)	Permissionários (%)	Consumidores (%)
Masculino	52	36	40	44
Feminino	48	64	60	56
Idade (anos)				
Entre 18 a 20		12	8	
Entre 21 a 30	24	32	28	40
Entre 31 a 40	28	12	16	4
Entre 41 a 50	32	28	28	24
Acima de 51	16	16	16	32
Escolaridade				
Analfabetos	4	4		4
Ensino Fund. I Incompleto		8	16	12
Ensino Fund. I Completo	4		8	8
Ensino Fund. II Incompleto	4	8	8	8
Ensino Fund. II Completo	8	4		12
Ensino Médio Incompleto	12	4	8	8
Ensino Médio completo	52	52	56	24
Ensino Sup. Incompleto	8	12		20
Ensino Sup. Completo	4	8	4	4
Pós-Graduação	4			

Destaca-se que, nos dois mercados analisados a maior parte dos permissionários possui Ensino Médio completo, registrando-se também a presença de permissionários com Ensino Superior.

Vale ressaltar que, de acordo com Melazo (2005), as diferentes percepções estão relacionadas às diferentes idades, experiências, educação, entre outros fatores. A SECTMA-PE (2003) também considera a escolaridade como um elemento importante na percepção do nível de informação.

Quanto ao veículo de informação a respeito do meio ambiente, obteve-se que 60% dos permissionários e 76% dos consumidores do MPCA apontou a televisão como principal veículo. Já no MPC esse veículo foi indicado por 72% dos permissionários e 68% dos consumidores.

Observou-se que 48% dos permissionários do MPCA trabalhavam há menos de 5 anos e 24% a mais de 20 anos neste local. Enquanto que no MPC, cerca de 60% trabalham a menos de 5 anos, e cerca de 12% trabalham a mais tempo (antes do mercado se tornar público).

ARTIGO

Percepção em relação à sustentabilidade ambiental em mercados públicos

A Tabela 02 retrata a renda familiar dos permissionários, sendo que 44% (MPCA) e 56% (MPC) indicaram ser o principal responsável pelo sustento familiar.

Tabela 2: Renda familiar dos permissionários do Mercado Público de Casa Amarela (MPCA, 2013) e do Mercado Público do Cordeiro (MPC, 2015)

	Permissionários do MPCA % da Amostra	Permissionários do MPC % da Amostra
Menos de 2 Salários Mínimos	48	44
De 3 a 5 Salários Mínimos	44	48
De 5 a 10 Salários Mínimos	4	4
Mais de 10 Salários Mínimos	4	4

Com relação à existência de outra fonte de renda, entre os permissionários do MPCA, percebeu-se que cerca de 52% deles tem este comércio como sua única forma de sustento, apesar de outros indicarem serem aposentados, ou exercer uma outra profissão, como: pintor, sócio de escola privada e de consultório médico. Já em relação ao MPC, cerca de 64% dos permissionários, que participaram da pesquisa, tem neste mercado público sua única forma de sustento, porém alguns afirmaram ser aposentado, porteiro, enfermeiro e há alguns que nos fins de semana comercializam também na feira, e isto segundo eles, é devido à falta de clientela no mercado.

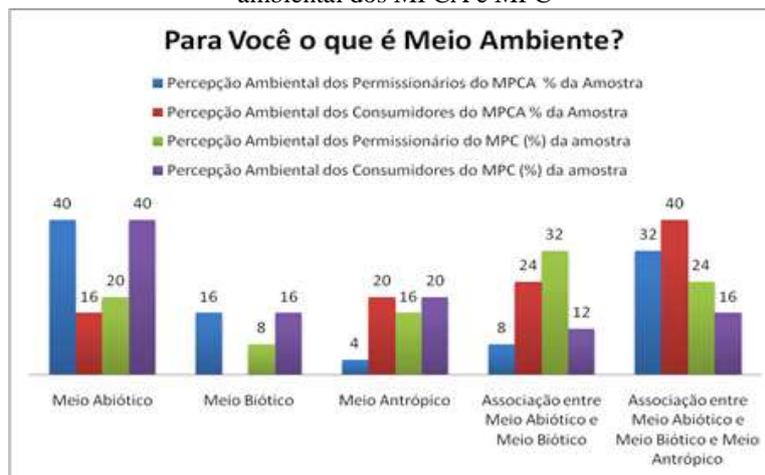
3.2 Percepção Ambiental

Quanto à percepção dos permissionários e dos consumidores em relação às questões de sustentabilidade ambiental dos MPCA e MPC, tem-se que:

Quando perguntados “O que é Meio Ambiente?”, os permissionários e consumidores associaram o meio ambiente a fatores da natureza, como: água, ar que respira. Algumas respostas associaram o meio ambiente “ao conjunto do meio abiótico, biótico e antrópico”, demonstrando ter uma percepção do meio ambiente de forma integrada entre os elementos naturais e antrópicos, conforme definido pela Resolução do CONAMA Nº 306/2002 (MEDAUAR, 2012), que define meio ambiente como “conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (Figura 4).

ARTIGO

Percepção em relação à sustentabilidade ambiental em mercados públicos

Figura 4: Percepção ambiental dos permissionários e consumidores em relação às questões de sustentabilidade ambiental dos MPCA e MPC

Para Chaves e Campos (2001) considerar o meio ambiente em sua totalidade é vivenciar um dos princípios básicos da Educação Ambiental que é considerar todos os aspectos da vida, para então se compreender a complexidade do próprio ambiente.

Referente ao entendimento do que seria um problema ambiental, constatou-se, pelas respostas obtidas nos dois mercados, que o principal fator apontado foi a produção de resíduos sólidos, por 40% dos permissionários e 76% dos consumidores do MPCA, e por 68% dos permissionários e 56% dos consumidores do MPC.

Esse mesmo problema de produção de resíduos sólidos associado ao descarte inadequado também foi constatado no Mercado Público das Mangueiras em Jaboatão dos Guararapes – PE, em pesquisa realizada por Silva et al (2013). Os quais ainda evidenciaram que os feirantes tinham conhecimento sobre coleta seletiva e resíduos orgânicos, mas não praticavam pela ausência de um programa de gerenciamento de resíduos sólidos.

Já na pesquisa feita pela SECTMA-PE (2003), tem-se que 50% dos pernambucanos pesquisados afirmaram ser a água, o principal problema.

Diante dos resultados, é possível inferir que a percepção dos participantes da presente pesquisa foi fortemente condicionada à existência desta problemática no contexto do seu dia a dia de trabalho.

Quanto à responsabilidade para resolver ou minimizar os problemas ambientais, a Tabela 3 apresenta as respostas dos permissionários e consumidores dos mercados.

Fazendo comparação com a pesquisa da SECTMA-PE (2003) observa-se que 73% dos pernambucanos acreditam que os problemas locais devem ser responsabilidade da Prefeitura, e apenas 6% acreditam ser de cada um de nós.

Tabela 3: Responsáveis resolver os problemas ambientais existentes no Mercado Público de Casa Amarela (MPCA, 2013) e no Mercado Público do Cordeiro (MPC, 2015), de acordo com respostas dos permissionários e consumidores

Responsáveis	Mercado Público de Casa Amarela (MPCA)		Mercado Público do Cordeiro (MPC)	
	Permissionários %	Consumidores %	Permissionários %	Consumidores %
Dos Governos: Mun./Est./Fed.	12	32	24	40
Das Industrias, Comércio	4	16	16	8
De todos os Cidadãos	72	52	60	48
Dos Governos: Mun./Est./Fed./ De todos os Cidadãos	8			
Dos Governos: Mun./Est./Fed./ Das Ind., Com./De todos os Cidadãos	4			

Diante disso, constata-se então que boa parte dos participantes da pesquisa nos MPCA e MPC demonstram ter consciência do seu papel na preservação do ambiente, a partir do momento que eles declararam ser responsabilidade de todos os cidadãos.

Quando questionados quanto à disposição para atuar de maneira concreta no seu cotidiano em favor da preservação ambiental e quais ações preferiam, a coleta seletiva e a eliminação do desperdício de água foram as mais difundidas (Figura 5).

Figura 5: Ações mais apontadas pelos permissionários e consumidores do MPCA e MPC.



Essa questão também foi averiguada na pesquisa SECTMA-PE (2003), encontrando-se uma diferença, uma vez que, os pernambucanos além da disposição em cooperar com a coleta seletiva do lixo, 49 % desses demonstraram intenção em auxiliar no racionamento de energia.

Assim, vale ressaltar o significativo interesse por parte dos permissionários dos MPCA e MPC em realizar tanto a coleta seletiva, eliminar o desperdício de água, quanto também reduzir o consumo de energia, estando estes aspectos muito interligados em seu ambiente de trabalho.

Diante dos resultados obtidos, destaca-se a importância da implementação de ações da gestão ambiental para promover a sustentabilidade ambiental dos mercados públicos estudados. E nesse

sentido, Theodoro *et al* (2014) afirma que a gestão ambiental é uma importante forma de assegurar um relacionamento mais harmônico entre a sociedade e o meio ambiente, uma vez que ela pode ser definida como um conjunto de ações que envolvem vários atores, visando ao uso racional e sustentável dos recursos ambientais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos, foram inferidas algumas considerações, as quais são descritas a seguir.

A produção e destinação inadequada de resíduos sólidos foram indicadas como sendo o principal problema ambiental local, e isto se deve ao fato deste aspecto ambiental estar muito presente na realidade das atividades cotidianas em mercados públicos.

Quanto a percepção dos permissionários e consumidores à cerca das questões sobre sustentabilidade ambiental, apontou que os mesmos conseguem conceituar o meio ambiente de forma integrada em relação aos meios abiótico, biótico e antrópico, estando os mesmos dispostos a realizar ações visando à sustentabilidade ambiental local.

É importante ressaltar que, tanto os permissionários quanto os consumidores entendiam que a responsabilidade dos problemas ambientais é de todos os cidadãos, demonstrando assim consciência do seu papel na conservação do ambiente onde estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.A.; FILHO, V.R. Os mercados públicos e a cidade: as transformações do mercado municipal de Uberlândia (MG). *Caminhos de Geografia*. v. 12, n. 39, p. 209 – 225. Uberlândia, 2011. <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/16515/9219>>. 13 Dez. 2014.

COSTA, R. G. S.; COLSESANTI, M. M. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. *RA E GA*. Curitiba, v. 22, p. 238-251, 2011. <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/21774/14173>. 12 Jan. 2014.

CREA –MG, AGENDA 21. Belo Horizonte. 2004 24p. Disponível em: <http://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/agenda_21_0.pdf>. 02 Nov. 2014.

DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de (Org.). Cidade da mente, Cidade real percepção e revitalização da área portuária do Rio de Janeiro. In: *Percepção ambiental: A experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel. Cap. 1 p. 3 – 21. 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRÁFICA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. 13 Out. 2014.

MACÊDO, J. C. Processo Participativo da população na Construção da Agenda 21: O caso de Parnamirim – RN [Dissertação de Mestrado] Rio Grande do Norte: Universidade Federal de Rio Grande do Norte. <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/JulioCM.pdf>>. 13 Dez. 2014.

ARTIGO

Percepção em relação à sustentabilidade ambiental em mercados públicos

MARCZWSKI, M. Avaliação da percepção ambiental em uma população de estudante do Ensino Fundamental de uma escola municipal rural: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Ecologia), Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. 188p. <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/>>. 05 Jan. 2014

MEDAUAR, Odete. Coletânea de Legislação Ambiental, Constituição Federal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Ed.11. 2012.

MELAZO, G.C. Percepção ambiental e educação ambiental: Uma reflexão sobre as relações interpessoais E ambientais no espaço urbano. Olhares & Trilhas. v. 6, Ano 6, p. 45v-51, 2005. <<http://www.seer.ufu.br/index.php/olhases trilhas/article/view/3477/2560>>. 10 Nov. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Consumo Sustentável: Manual de educação. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/IDEC, 2005. 160 p. <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao8.pdf>>. 12 Fev. 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Passo a passo da agenda 21 local. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável. - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.54 p. <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local/item/723-passo-a-passo-da-agenda-21-local>>. 12 Mai. 2014.

OLIVEIRA, K. A. de; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. 2008. Revista ANAP Brasil. Ano 1, n.1. p. 53 – 72, 2008.

PACHECO, É.; SILVA, H. P. Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental. Departamento de Antropologia, Museu Nacional e Programa EICOS/UFRJ. 2006. 5 p. <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/EserPacheco.pdf>>. 05.Abr.2016.

PEDROSA, I. V.; KAKUTA, A. E.; LEÃO, C. Z. C.; SILVA, E. M. da; Os municípios e o meio ambiente em Pernambuco- Relatório de pesquisa: 2006-2007. <http://www.nupesp.org/site/publicacoes_na_integra.html>. 07 Maio 2015.

PINTAUDI, S. M. Os mercados públicos: metamorfoses de um espaço na história urbana. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. X, n. 218, 2006.

SECTMA. Agenda 21 de Pernambuco - Fórum estadual da Agenda 21 de Pernambuco. 2002. <www.cprh.pe.gov.br/downloads/capitulo02.pdf>. 07 Maio 2015.

SECTMA. Secretária de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Pesquisa: O que os Pernambucanos Pensam sobre Meio Ambiente, Desenvolvimento e Qualidade de vida. Pernambuco. 2003. 60 p.

SILVA, J. R. da; SILVA, A. F. da; SILVA, L. M. da; COSTA, E. C. S. da; MARQUES, E.de O. A percepção ambiental dos feirantes em relação aos resíduos orgânicos e a participação nos processos de coleta seletiva no Mercado Público das Mangueiras em Jaboatão dos Guararapes – PE. IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Salvador/BA – 25 a 28/11/2013.

THEODORO, S. H.; CORDEIRO, P. M. F.; BEKE, Z. Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais. In: **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. São Paulo, ANPPAS. 17p. 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/suzi_theodoro.pdf> acesso em: Fev. 2014.